



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

MEMO. GSLMAT 046/2018

Brasília, 21 de janeiro de 2019

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho confirmar minha participação, na condição de Representante Brasileira da 24a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Katowice, na Polônia, realizada entre os dias 09 e 13 do mês de dezembro.

Encaminho relatório de viagem, aproveitando a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Lídice da Mata e Souza
LÍDICE DA MATA
Senadora da República

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO DE OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal
Brasília/DF





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

A delegação da CMMC foi composta pelos Senadores Jorge Viana e Lídice da Mata e pelos Deputados Federais Janete Capiberibe, Leonardo Monteiro e Thiago Peixoto. O Analista Legislativo Guilherme de Oliveira, Jornalista da Agência Senado, integrou a comitiva. Parlamentares de outras comissões do Congresso Nacional, como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS), também participaram do evento.

As principais atividades realizadas são a seguir resumidas:

9 de dezembro de 2018 – Cracóvia, Polônia Reunião da União Interparlamentar (IPU, sigla em inglês), organizada em conjunto com a Câmara dos Deputados da República da Polônia A reunião objetivou proporcionar aos parlamentares uma oportunidade de obter informações de primeira mão sobre os principais temas e orientações da COP-24, de interagir com especialistas e negociadores diretamente envolvidos no processo decisório da Convenção - Quadro, de adquirir maior conhecimento sobre as recomendações do Plano de Ação da IPU sobre Mudança do Clima e de debater formas de assegurar a implementação do Acordo de Paris. O foco foi sobre mudanças legislativas, políticas públicas, ação climática e marco regulatório para desenvolvimento e expansão do setor de energia renovável. A IPU busca definir marcos legais comuns aos países signatários para garantir a implementação do Acordo de Paris. O Senador Jorge Viana, relator da CMMC, aponta que a regulamentação do Acordo exige todo o aparato de legislação voltado para uma economia de baixo carbono, tarefa que depende de todos os setores da sociedade. Na reunião, divulgou-se que os gastos com as consequências da mudança do clima chegam a US\$ 400 bilhões e que o custo de prevenção é bem mais baixo. A ONU tem informado que os desastres climáticos estão se multiplicando e que a cada dólar investido em prevenção são economizados sete dólares em reconstrução.

10 de dezembro de 2018 – Katowice - Debate sobre as mudanças climáticas no Brasil e no mundo e a política de redução de resíduos tóxicos

Organizadores: CMMC + CMADS + Frente Parlamentar Ambientalista

Local: Espaço Brasil

O primeiro dia da participação de deputados e senadores na COP-24 foi marcado por manifestações de preocupação com o posicionamento que o novo





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

Governo adotará na temática ambiental, pois o presidente eleito já se manifestou no sentido de que o Brasil pode abandonar o Acordo de Paris. A desistência do País em sediar a COP-25, em 2019, foi debatida, bem como posicionamentos do futuro titular do Ministério do Meio Ambiente, de que o aquecimento global não será uma prioridade na gestão da política ambiental federal.

Diversos parlamentares posicionaram-se, destacando-se o Senador Jorge Viana, relator da Comissão, afirmando que o mundo não tem escolha senão viabilizar iniciativas concretas para limitar o aquecimento global e que o Brasil não poderia se retirar das tratativas multilaterais sobre o tema. O senador criticou a desistência brasileira em sediar a COP-25, que se dedicará a avançar, quase na reta final (pois a previsão é de entrada em vigor das regras a partir de 2020), na regulamentação do Acordo de Paris pelas 195 Partes que o assinaram.

O atual Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, reconheceu a atuação dos parlamentares por meio da CMMC e de outros colegiados, sem a qual o País dificilmente teria alcançado o atual protagonismo nos debates sobre o concerto climático global. A participação do Congresso Nacional, na formulação de leis sobre alteração do clima, tem sido fundamental para colocar o Brasil na vanguarda do tema.

Em relação à proteção dos povos indígenas, uma das principais políticas públicas para conservação da Amazônia e de sua vegetação nativa, os parlamentares criticaram a proposta de transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a estrutura do recém-criado Ministério dos Direitos Humanos. Dessa forma, a entidade deixa de ser supervisionada pelo Ministério da Justiça.

Reunião com parlamentares da Alemanha: A comitiva brasileira reuniu-se com parlamentares alemães para debater temas cruciais na agenda climática envolvendo os dois países, em especial o controle do desmatamento, o Fundo Amazônia e o uso de energias renováveis.

11 de dezembro de 2018 – Katowice

Reunião com parlamentares da Noruega:

A comitiva de parlamentares reuniu-se com um grupo de congressistas da Noruega para debater o Fundo Amazônia. A Noruega e a Alemanha, nessa ordem, são os principais investidores do Fundo, que é gerido pelo BNDES.

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, apoiando projetos nas seguintes áreas: gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas.

Atualmente, 102 iniciativas são apoiadas pelo Fundo, somando mais de R\$ 1,8 bilhão aportados. A manutenção das transferências internacionais depende de transparência e de resultados no controle do desmatamento e na conservação das florestas. O diálogo entre os parlamentares buscou garantir que esses investimentos sejam mantidos no futuro.

O congressista Espen Barth Eide, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente do parlamento norueguês, reconhece que o apoio de seu país busca compensar as emissões de gases de efeito estufa realizados pela Noruega, por meio da preservação das florestas tropicais.

Debate sobre REDD+: Um dos instrumentos incorporados pelo Acordo de Paris foi o REDD+. Trata-se de um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro para remunerar países em desenvolvimento por seus resultados no controle do desmatamento e da degradação florestal.

Na reunião, informou-se que o estado de Mato Grosso recentemente se qualificou para receber um aporte financeiro da Alemanha para ações de REDD+. Segundo Alcilene Freitas, da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do estado, a liberação dos recursos resulta de um trabalho de dez anos, que envolveu a aprovação de uma política estadual sobre o tema. Cerca de 40% dos recursos serão destinados à institucionalização do poder público e o restante para projetos e programas, como para a agricultura e para povos indígenas.

12 e 13 de dezembro de 2016 – KATOWICE
Reunião com a delegação brasileira:

O Ministério do Meio Ambiente anunciou os números mais recentes de emissões brasileiras para o período entre julho de 2017 e agosto de 2018. O ministro Edson Duarte informou que dessa forma o Brasil antecipou, em 2017, as metas voluntárias assumidas no Acordo de Paris para serem alcançadas em 2020, ou seja, reduzir suas emissões em 37%, com base nas emissões de 2005.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

Ainda que os resultados sejam positivos, a delegação da CMMC manifestou suas preocupações com o futuro incerto sobre a atuação ambiental brasileira, sobretudo no nível federal, e os possíveis retrocessos nas conquistas realizadas no controle de emissões.

De acordo com o MMA, nesse período ocorreu o sequestro (absorção de carbono pela manutenção de florestas e outros processos) de 1,28 bilhão de toneladas de carbono equivalente, sobretudo por meio da criação de 94 milhões de hectares de unidades de conservação.

Segundo o ministro, políticas de uso da terra foram responsáveis pela absorção de 538 milhões de toneladas de carbono, incluindo a manutenção de unidades de conservação, de áreas de preservação permanente e de reservas legais. O resultado incorpora a contribuição das áreas para vegetação nativa nas propriedades e posses rurais inscritas no Cadastro Ambiental Rural. Esses resultados apontam que o Brasil tem feito sua parte no concerto climático e que seu exemplo deveria ser seguido por outras nações.

Os parlamentares da delegação brasileira defenderam que os resultados alcançados pelo Brasil são a culminação de anos de esforços ambientais bem-sucedidos, que deveriam ser mantidos. O relator da CMMC, Senador Jorge Viana, reafirmou que o principal propósito da missão foi reforçar o compromisso do Parlamento brasileiro com as conferências climáticas.

Como resultado das negociações da COP-24, de fato houve a adoção do livro de regras para o Acordo de Paris, com os principais pontos da operacionalização do Acordo detalhados em regulamentação. Destaca-se o mecanismo de transparência, para monitorar de forma uniforme os esforços de cada país. Ainda, estabeleceram-se as regras sobre como revisar as metas da NDC a cada cinco anos. Um dos principais pontos, ficou adiada para 2020 a definição sobre regras para transferência anual de US\$ 100 bilhões de países desenvolvidos para o financiamento climático em países em desenvolvimento. Houve ainda pouco avanço no tocante à crescente ambição das Partes, ou seja, ao contínuo comprometimento para adotar medidas de mitigação e de adaptação.

Para o Brasil, talvez a principal questão debatida na COP-24 foi a incerteza quanto ao futuro das políticas públicas e do compromisso doméstico, em função do novo governo que assumirá a partir de 2019. Além do mais, há incertezas em relação a possíveis retrocessos das ações federais sobre povos indígenas, um tema de grande importância em política climática, já que os territórios indígenas abrigam imenso estoque de carbono na Amazônia Legal e são um dos pilares do controle do desmatamento.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA



Parlamentares brasileiros compondo mesa de discussão

Lidice Mata

